

## DEMOCRACIA SOB ATAQUE

# Bloqueio a bens de financiadores

Justiça Federal do DF atende a pedido da Advocacia-Geral da União e torna indisponíveis R\$ 6,5 milhões de 52 pessoas e sete empresas apontadas como responsáveis por bancar o transporte de terroristas que vandalizaram Brasília no domingo

» VICTOR CORREIA

A pedido da Advocacia-Geral da União (AGU), o juiz Francisco Alexandre Ribeiro, da 8ª Vara Federal do Distrito Federal, determinou o bloqueio de R\$ 6,5 milhões em bens de 52 pessoas e sete empresas que financiaram o transporte de extremistas bolsonaristas responsáveis pela depredação em Brasília, no domingo. Os alvos são de São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O pedido atendido como medida cautelar visa garantir a eficácia de uma futura ação para reparação dos danos causados ao patrimônio público. O valor deve aumentar após o término da avaliação dos estragos, que ainda está em andamento.

A AGU argumenta, no texto, que “a aglomeração de pessoas com fins não pacíficos só foi possível graças ao financiamento e à atuação das pessoas listadas no polo passivo, o que culminou nos atos de vandalismo às dependências dos Três Poderes da República”. “E sob esse aspecto, é

de se ressaltar que tais pessoas possuíam plena consciência de que o movimento poderia ocasionar o evento tal como vimos, de modo que a responsabilização civil é medida que se impõe em regime de solidariedade com quem mais deu causa ao dano ao patrimônio público”, acrescenta.

As empresas mencionadas são: Gran Brasil Viagens e Turismo LTDA, Primavera Tur Transporte Eireli, Squad Viagens e Turismo LTDA, Alves Transportes LTDA, Sindicato Rural de Castro, Associação Direita e madeireira RV da Silva Serviços Florestais LTDA.

Segundo a AGU, a medida cautelar é necessária devido à “gravidade dos fatos praticados e nos quais os réus se envolveram”, já que “implicaram ameaça real ao regime democrático brasileiro”.

O valor inicial de R\$ 6,5 milhões leva em conta as estimativas divulgadas pelo Senado Federal, de R\$ 3,5 milhões em danos, e da Câmara dos Deputados, de

R\$ 3,03 milhões. Ainda não há estimativa dos estragos no Planalto e no Supremo Tribunal Federal (STF), que foram muito afetados pelos vândalos. O montante, portanto, deve ser revisto.

O bloqueio inclui imóveis, veículos, valores financeiros em contas, entre outros bens, e seus alvos foram definidos com base em dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Estão incluídas na ação apenas pessoas e empresas que contrataram os ônibus apreendidos por causa do transporte de extremistas a Brasília.

A Polícia Federal concluiu, na quarta-feira, o processo de triagem dos detidos, que estavam no ginásio da Academia Nacional da corporação. Mais de 1.400 bolsonaristas presos foram enviados

ao Centro de Detenção Provisória do Complexo da Papuda, no caso dos homens, e para a Penitenciária Feminina do Distrito Federal, conhecida como Colmeia. Todos foram vacinados contra a covid-19 e receberam colchão e um kit para higiene, com pasta de dente, sabonete, escova e absorvente, no caso das mulheres. Na esfera

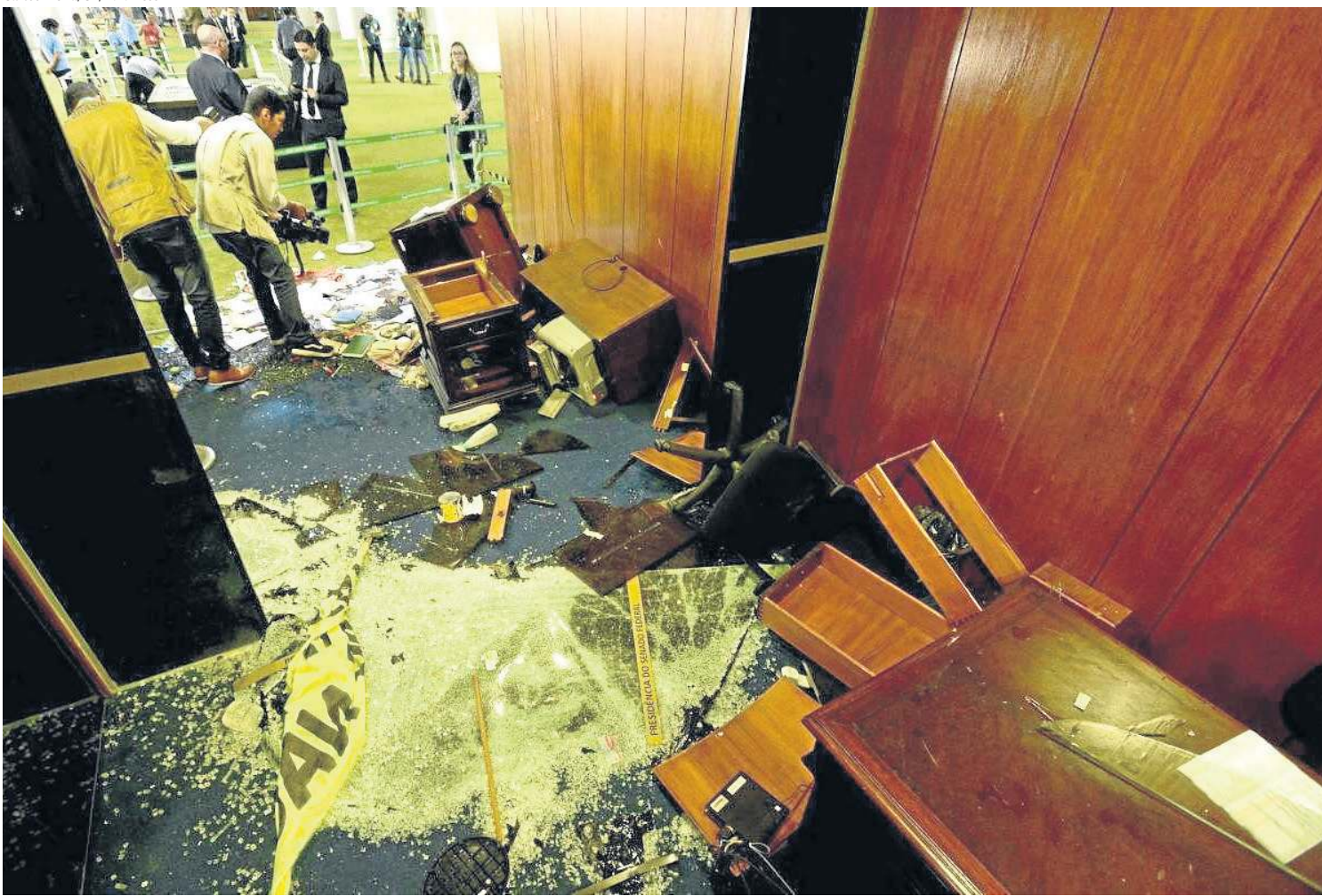
distrital, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) realiza um mutirão para as audiências de custódia.

## Constituição

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, anunciou, ontem, a recuperação da réplica da Constituição Federal roubada do STF durante os atos golpistas. “A Constituição que os terroristas roubaram no STF foi apreendida e recuperada. Viva a Constituição! Ela venceu e sempre vencerá”, escreveu, em sua conta no Twitter. Ele também postou uma foto do objeto lacrado, com um formulário de identificação.

Em café com jornalistas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também sinalizou que as investigações devem ser ampliadas, incluindo a possibilidade de facilitação do acesso dos bolsonaristas aos prédios públicos por parte das equipes internas (**leia reportagem na página 4**).

Carlos Vieira/CB/D.A.Press



Valor de bloqueio pedido pela AGU tem o objetivo de reparar os danos causados ao patrimônio público, como o ocorrido no Senado Federal

## Novos pedidos de inquéritos

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu, ontem, ao Supremo Tribunal Federal (STF), a abertura de três novos inquéritos contra envolvidos nos ataques golpistas do último domingo. A ação mira executores, financiadores, autoridades omissas e autores intelectuais dos atos extremistas.

As petições foram assinadas pelo coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos — montado pela PGR durante a semana —, o subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos. “É importante prestar celeridade às investigações e, para isso, é necessário equacioná-las e organizá-las, a fim de que as condenações não se afastem da contemporaneidade dos fatos, de forma a permitir o efeito pedagógico da resposta do Estado aos atos criminosos, garantindo-se o devido processo legal”, enfatizou o subprocurador.

Os documentos foram enviados à presidente do STF, ministra Rosa Weber. As petições visam organizar as investigações em quatro frentes, de acordo com a atuação dos envolvidos, para dar maior agilidade às apuração e à

apresentação de denúncias, nos casos em que ficar comprovada a prática ilícita. Entre os crimes investigados estão terrorismo, associação criminosa, abolição violenta do Estado democrático de direito, golpe de Estado, ameaça e perseguição. Frederico Santos argumentou, ainda, que crimes praticados por multidões se caracterizam por um “vínculo subjetivo” de pessoas que atuam de forma conjunta para a mesma finalidade, mesmo sem se conhecerem. O subprocurador ressaltou que os envolvidos devem ser “rigorosamente responsabilizados por seus atos”.

A PGR também destacou a necessidade de ações para investigar a atividade nas redes sociais dos extremistas e instigadores, com pedidos de dados a Twitter, TikTok, Facebook e Instagram, além da identificação de perfis reconhecidos como difusores de mensagens antidemocráticas. O órgão já pediu abertura de inquéritos contra três deputados federais diplomados: Sílvia Waiãpi (PL-AP), André Fernandes (PL-CE) e Clarissa Tércio (PP-PE) (**leia reportagem abaixo**). (VC)

### Saiba mais

#### Ação após críticas

Ao todo, a PGR pediu a abertura de sete inquéritos para investigar envolvidos nos ataques golpistas de domingo. Nesta semana, os procuradores solicitaram a apuração de financiadores dos atos e da responsabilidade do governador afastado do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), e do então secretário de Segurança Pública do DF, Anderson Torres. O Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos foi criado pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, para coordenar as ações e o trabalho de investigação dos crimes. Aras costuma ser criticado por leniência em relação a possíveis delitos cometidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro — entre eles, a instigação de ataques às instituições democráticas, ao questionar os resultados das eleições. O PGR tomou medidas após ser acusado de omissão e ser cobrado por subprocuradores.

## Suspeita sobre Bolsonaro

Membros do Ministério Público Federal (MPF) pediram, ontem, que o procurador-geral da República, Augusto Aras, abra uma investigação para apurar se o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) incitou atos golpistas.

Cerca de 80 procuradores da República subscreveram a representação criminal. Eles afirmam que Bolsonaro “se engajou” na disseminação de informações falsas que alimentaram a desconfiança sobre o processo eleitoral.

Em outro trecho, dizem que o ex-presidente agiu “em convergência com amplas campanhas de desinformação” e usou o seu “potencial de reverberação sobre milhares de pessoas”.

“Ocupando o mais alto cargo do país, em numerosas oportunidades, ele lançou, sem qualquer respaldo na realidade, dúvida sobre a higidez dos pleitos que, aliás, o elegeram ao longo de décadas. Suas falas, portanto, mostraram-se ocupar uma posição de destaque na câmara de eco desinformativa do país e contribuíram para que a confiança de boa parte da população na integridade cívica brasileira fosse minada”, sustentam.

## PGR quer investigação de três deputados diplomados

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que os deputados diplomados André Fernandes (PL-CE), Clarissa Tércio (PP-PE) e Sílvia Waiãpi (PL-AP) sejam investigados por incitação aos atos golpistas registrados em Brasília no dia 8 de janeiro.

O pedido de inquérito tem como base publicações dos parlamentares nas redes sociais. As mensagens, de acordo com a PGR, estimularam as ações criminosas de extremistas na Praça dos Três Poderes.

O subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos, que assina o pedido, disse ver indícios de incitação ao crime e de tentativa de abolir a democracia. Os deputados diplomados podem pegar mais de oito anos de prisão se forem condenados.

“A estrutura normativa do crime de incitação ao crime, de

Reprodução



**ANDRÉ FERNANDES**  
O cearense de 25 anos, ex-deputado estadual, conquistou uma cadeira na Câmara com 229 mil votos

impedir ou restringir o livre exercício dos Três Poderes da União, ao nível dos seus pressupostos típicos objetivos, está toda preenchida, sendo desnecessária a

Reprodução



**SÍLVIA WAIÁPI**  
Ex-integrante do governo Bolsonaro, foi eleita deputada federal pelo Amapá com cinco mil votos

demonstração de nexos causal entre o conteúdo da postagem e a situação perigosa que efetivamente conduziu à lesão do bem jurídico tutelado”, ressalta um

Reprodução



**CLARISSA TÉRCIO**  
Foi a segunda deputada mais votada em Pernambuco na eleição para a Câmara, com 240 mil votos

trecho do documento.

A deputada Clarissa Tércio divulgou no Instagram um vídeo da invasão ao Parlamento: “Acabamos de tomar o poder.

Estamos dentro do Congresso. Todo povo está aqui em cima. Isso vai ficar para a história, a história dos meus netos, dos meus bisnetos”, narra uma voz feminina enquanto filma os manifestantes. A deputada nega que a voz seja dela.

Procurada pela reportagem, Clarissa disse que não estava em Brasília no último dia 8 e que é contra “qualquer ato de violência, vandalismo ou de destruição do patrimônio público que venha ameaçar a nossa democracia”.

André Fernandes divulgou, em 6 de janeiro, o ato que resultou na invasão do Palácio do Planalto e dos prédios do STF e do Congresso. “Neste final de semana acontecerá, na Praça dos Três Poderes, o primeiro ato contra o governo Lula. Estaremos lá”, afirmou.

Ele também compartilhou uma foto do porta do armário

de togas do ministro Alexandre de Moraes, arrancada pelos vândalos, com a legenda: “Quem rir vai preso”.

No caso de Sílvia Waiãpi, a PGR sustenta que ela divulgou um vídeo das invasões com legendas que “endossavam” a ação dos extremistas e “fomentavam” os atos. “Povo toma a Esplanada dos Ministérios nesse domingo! Tomada de poder pelo povo brasileiro insatisfeito com o governo vermelho”, escreveu.

Em nota, Waiãpi negou apoiar os ataques e criticou o inquérito aberto contra ela. “Não compactuo com qualquer tipo de agressão ou violência, seja ela física, moral, psicológica ou patrimonial. Quicá contra a autonomia, independência e harmonia dos Poderes”, frisou. Até o fechamento desta edição, a reportagem não tinha conseguido contato com André Fernandes.